

Discurso em resenha

Discurso em resenha

Jean-Baptiste Lamarck.

Filosofia Zoológica.

Ana Carolina Soliva, Celi

Hirata e Janaina Namba

(trad.). São Paulo: Unesp, 2021.

Publicada pela primeira vez em 1809 em dois volumes, a *Filosofia zoológica* teve uma recepção exígua e uma posteridade difícil. Trata-se de um dos marcos da renovação da história natural na época da Revolução Francesa (mais precisamente, entre 1794 e 1830). Esse período menos estudado na formação do pensamento biológico costuma ser negligenciado nas reconstituições triunfantes volta e meia feitas na literatura dita de “vulgarização” científica. Lamarck em particular figura como um precursor de Darwin, mas desprovido de qualquer mérito. Essa imagem negativa vem de longa data. Começa pela ignorância que o próprio Darwin mostra dos escritos de Lamarck na *Origem das espécies* (1859), falha para a qual Huxley chamou sua atenção e que foi parcialmente corrigida por ele a partir da 3ª edição (1861). Já em *The Descent of Man* (1876) se encontra, com efeito, uma das ideias centrais da *Filosofia Zoológica*, de que a transformação das espécies de seres vivos obedece a uma escala ascendente, dos mais simples ao mais complexos. Mas há uma diferença importante. Enquanto para Lamarck existe uma concatenação serial entre uma espécie e outra, para Darwin a continuidade entre os organismos é ramificada. Ambos pensam a origem das espécies em germes e não, como Geoffroy de Saint-Hilaire, em arquétipos, ou, como Cuvier, em tipos únicos. Mas, enquanto para Darwin a sucessão das formas se dá por uma seleção imposta por um fator externo

determinante — a pressão sobre as populações advinda da escassez de recursos de subsistência face à demanda por eles —, para Lamarck não há seleção, apenas modificação, que obedece a um plano e decorre de uma relação direta de adaptação do organismo ao meio, não da luta entre os organismos (que tem lugar, mas não é determinante). Num caso, a competição entre as espécies num mundo hostil à vida; no outro, a transformação dos organismos que se empenham para resistir à incessante agressão do meio. Em todo caso, a biologia moderna nasce marcada pela ideia de um antagonismo entre a vida, transitória e contingente, e a morte, permanente e inevitável. É uma característica comum a essas teorias rivais e que costuma passar despercebida nas avaliações mais superficiais da história das teorias evolutivas.

O melhor lugar para buscar pela revanche tardia de Lamarck não são as páginas dos seus apologistas que, como André Pichot, por exemplo, julgam que a teoria da seleção natural não tem mérito nem originalidade quando avaliada à luz da *Filosofia zoológica*, da qual seria uma derivação, para não dizer um plágio. Esse tipo de revisionismo serve apenas para reforçar o dogmatismo, já suficientemente indigesto, dos “filósofos” neodarwinistas. Mais vale recorrer àqueles historiadores e filósofos que, como Burkhardt, Canguilhem, Corsi, Daudin ou Jacob, souberam identificar em Lamarck as virtudes de um pensamento original, de uma ciência valiosa e de uma reflexão arrojada que não foi ultrapassada pela de seus colegas ou de seus sucessores, mas antes, absorvida criticamente por eles. Mas, se quisermos entender porque Lamarck é importante e merece ser lido, teremos de ir aos textos, sejam os originais, sejam traduções como a ora publicada em língua portuguesa. O fato de se tratar da primeira tradução integral da obra em nosso idioma

diz algo a respeito do lugar reservado, na cultura literária e científica brasileira, à história da constituição de conceitos científicos tão importantes para a compreensão de questões que, em nossos dias, longe de terem arrefecido, apenas se intensificaram. (Haja visto, por exemplo, a dificuldade de lidar em nível prático, para além de prescrições de governo, com um fenômeno como a pandemia viral em curso).

Lamarck, que viveu sob a Revolução, testemunhou sua degeneração na ditadura militar napoleônica e desiluiu-se com a restauração, permaneceu um republicano convicto, que desprezava as convenções do antigo regime, dentre elas as ligadas à arte de escrever. Se compararmos o seu estilo ao de Cuvier, para não dizer ao de Buffon, veremos que ele não tem preocupação em agradar, e tampouco em instruir. Tudo o que ele quer é nos convencer da verdade de sua teoria, e, para tanto, não recua diante de considerações que às vezes parecem complicadas demais e não hesita em introduzir teses difíceis de explicar. O efeito geral é um misto de clareza e obscuridade. A tradução é fiel ao original e não trai o estilo truncado de Lamarck, embora tome discretas providências que, via de regra, produzem a impressão de que o autor se pronuncia melhor em português do que em seu idioma pátrio. A apresentação combina o biográfico ao conceitual e ultrapassa em muito as existentes em francês e em espanhol. O acréscimo de uma passagem sobre “o que é o animal”, extraída da *História natural dos invertebrados* (1811), fornece subsídios importantes à compreensão das diferenças entre Lamarck e Cuvier. O livro I, dedicado à ideia de série e aos seus efeitos sobre a classificação, é o que oferece mais dificuldades, e pode-se dizer que aí o leitor se encontra, graças às tradutoras, em plena segurança. É a seção mais importante da obra, na qual se desenha a “metafísica” da ciência de Lamarck, para usarmos aqui a terminologia de Schopenhauer, que foi seu

admirador. Os livros II e III testemunham a que ponto chega a inserção de Lamarck nos debates filosóficos da época, às voltas, por exemplo, com a noção de “vida”, que, como ele percebe, se presta facilmente a mistificações. Até para evitá-las, o livro III oferece uma análise das funções orgânica correspondentes às formas de organização animal conhecidas e promove, no quadro dessa investigação, uma redução do intelecto humano a funções fisiológicas. Comentando os escritos de Condillac, Destutt de Tracy e Cabanis, Lamarck encontra na fisiologia e no materialismo concomitante a ela um novo caminho para a filosofia enquanto tal. Pode-se dizer que em grande medida ele permanece inexplorado. (PPP)

Philippe Taquet.
**Georges Cuvier. Anatomie
 d'un naturaliste.**
 Paris: Odile Jacob, 2019.

Qual o “lugar de Cuvier na história do pensamento biológico”? Se essa questão, colocada por Foucault numa conferência de 1969, continua a ressoar em nossos dias, é simplesmente porque não foi respondida. Sabe-se que, para Foucault, Cuvier é aquele que concebeu com mais clareza o organismo como uma unidade estruturada por uma tensão entre um sistema anatômico-fisiológico interno e condições de existência externas que o moldam e o ameaçam com a destruição. O ser vivo é uma unidade à parte; porém ele possui uma história, na qual se identificam surgimentos e extinções, e retracá-la é descobrir que o mundo em que as formas orgânicas despontam com toda a sua singularidade tem uma lógica que parece alheia aos interesses da vida. A indiferença do meio, para não dizermos a hostilidade, em relação ao animal é uma pressuposição ontológica da anatomia comparada que explica a um só tempo o entrecruzamento e

a independência entre essa ciência e a teoria da terra, que anos depois, com Lyell, ganharia o nome de geologia. À leitura de Foucault veio se acrescentar, mais recentemente, a de Rancière, que em *La parole muette* (1994) insiste no fato de que, se Cuvier foi, como declarou Balzac, o poeta da alma do homem moderno, é porque percebeu, como ninguém antes dele, que o fóssil é o signo de uma linguagem muda, silenciosa, não-discursiva, que exprime nada menos que a história da natureza, com seus abissais recuos num passado imensurável. Essa percepção genial fornece a Cuvier a deixa para um método de estabelecimento da história da natureza, mais preciso e muito menos hipotético que os até então disponíveis. A descoberta frutifica nas mãos do próprio Cuvier, que ao longo dos anos multiplica identificações fósseis e aprofunda o tempo da Terra. Sua adoção por outros doutos da Europa produz resultados originais, como o atlas *Delineation of the Strata of England and Wales*, de William Smith, em que o jogo das cores no espaço bidimensional da representação gráfica dá ao leitor a ideia de uma escala distendida num tempo profundo.

O livro de Philippe Taquet, segundo tomo de um projeto monumental, começa em abril de 1795, quando o jovem naturalista alsaciano Georges Cuvier estreava na cena parisiense, e, por extensão, europeia, com uma comunicação pronunciada no auditório do Museu Nacional de História Natural sobre as espécies de elefantes – “fósseis ou vivos”, de acordo com o título. Corria o “ano II” da Revolução, e a instituição em que Cuvier acabara de ser admitido fora criada em 1793 por um decreto da Convenção. A intenção original dos revolucionários era pôr abaixo o Jardim do Rei, instituição de propriedade da Coroa e maculada pela suspeita do privilégio (um lugar de distração exótica para a aristocracia mais seleta). Felizmente, porém, seus pesquisadores lograram convencer os deputados de que a

história natural era uma ciência republicana a serviço do povo francês e logo, da humanidade: sem ela, triunfariam a superstição e a ignorância a respeito das leis da natureza. Essa afinidade talvez inesperada entre republicanismo e história natural, embora não fosse esposada por Cuvier, não é fortuita, pois a ciência de Cuvier e de seus colegas consagrou o estudo sistemático das coisas pequenas e ínfimas como vermes, fósseis etc. Subverteu assim, de maneira discreta, mas decisiva, a antiga ordem marcada pela hierarquia entre o espírito e a matéria, o vivo e o não-vivo, doravante nivelados no que tange à explicação do mundo natural. Ciência radicalmente democrática, portanto, que se ocupa da integração problemática da Natureza viva ao domínio das leis da física, da constituição de um estado de igualdade absoluta e inapelável, mas nem por isso menos conflituoso, entre todas as coisas que se encontram no planeta terra, do subsolo aos limites da atmosfera. Pois bem: essa revolução, pela qual o novo imaginário republicano europeu logrou politizar a Natureza (pela primeira vez *abertamente*), teve início em 1795, quando o jovem Cuvier abriu a boca para falar sobre os elefantes.

Essa conferência célebre constitui um dos momentos cruciais de *Cuvier. Anatomie d'un naturaliste*. É um tomo grosso, que contém prodigiosa quantidade de informação, propõe análises claras e traz materiais inéditos ou de difícil acesso. Não se deve esperar de Taquet a mesma elegância e fluência que marcam a escrita de seu biografado, mas, em compensação, ele nos dá tudo o que poderíamos pedir para compreender em detalhe e com rigor o desenvolvimento da anatomia comparada nas mãos de seu maior proponente. O quadro desenhado é tão rico, que nos instruímos não apenas acerca dos escritos do período, como as comunicações sobre os mamutes, sobre os megatérios ou sobre os

mastodontes, além das *Lições de anatomia comparada*, mas também sobre as obras que, embora tenham sido publicadas depois, como as *Investigações sobre as ossificações fósseis* (1812) e *O reino animal segundo sua organização* (1817), tiveram suas bases teóricas estabelecidas nos anos cobertos por Taquet. A exposição detalhada e cronológica da formação das ideias de Cuvier não deixa dúvida de que o maior anatomista da época foi também um teórico de envergadura e sofisticação, que evitou ciosamente as armadilhas metafísicas que levariam alguns de seus melhores discípulos, como Louis Agassiz, a defender o fixismo como doutrina, a despeito das evidências empíricas em contrário. Percorridas as 500 páginas de texto, sem contar apêndices e bibliografia (totalizando 780 páginas), resta esperar pelos tomos subsequentes, em especial por aquele que deverá cobrir a célebre “querela dos análogos”, que envolveu Cuvier e Geoffroy e recolocou a filosofia de Lamarck na ordem do dia. Esse fascinante debate, ocorrido em 1829, que tanto excitou os espíritos da época – Goethe à frente – só seria resolvido em 1859, com a síntese darwiniana das posições em conflito. (PPP)

Stefano Mancuso.
A planta do mundo.
 Regina Silva (trad.). São Paulo: Ubu, 2021.

Os ensaios que compõem *A planta do mundo* são breves e sugestivos. Não se interessam por grandes teses nem se ocupam de demonstrações factuais. Apesar do título, o volume não oferece nenhuma “metafísica vegetal”. Menos pretensioso, produz um efeito mais interessante. Incita o leitor a pensar coisas estranhas a partir de elementos comuns de sua experiência. O primeiro texto, “A árvore da liberdade”, fala sobre o abbé Grégoire, padre católico, deputando da

Convenção, revolucionário radical, proponente de numerosos projetos importantes ligados à abolição da escravidão, ao ensino da língua, à implementação dos institutos superiores etc. Figura importante, cuja fama se apagou com o tempo. Nada disso interessa a Mancuso, que o trata como um ilustre desconhecido, de quem um dia num sebo parisiense encontra um livro – *Essai historique et patriotique sur les arbres de la liberté* (1794) – que fala de um assunto no mínimo inusitado. Trata-se da proliferação das “árvores da liberdade” na França revolucionária e nos territórios invadidos e anexados pelo exército republicano francês, em especial no sul da Itália, ao longo da década de 1790. Essas árvores eram, em geral, carvalhos, estruturas imponentes que os habitantes de comunas arrancavam a bosques e florestas próximos e que, com considerável trabalho, replantavam, nem sempre com êxito, num lugar visível da cidade, transformando-a num marco urbano que era também um símbolo político de emancipação. Fenômeno bem francês, mas que, tal como a própria Revolução, foi inspirado pelos norte-americanos, que plantaram as primeiras árvores da liberdade no Massachussets em 1764 para protestar contra as absurdas taxas impostas aos colonos pelo Parlamento britânico. Quase uma década depois, o protesto deu lugar à ação revolucionária. Mancuso observa que, na França, as árvores foram vítimas do próprio sucesso, por assim dizer: derrubadas ou destruídas na Restauração, ressurgiram em 1848, sendo depois vandalizadas, e ressurgindo novamente em 1871. Umas poucas existem até hoje, nenhuma delas em Paris – onde, como se sabe, a Revolução de 1789 está longe de ser um assunto esgotado.

Contrariando a expectativa, a árvore da liberdade disseminada por Grégoire não nos envia ao Museu de História Natural, onde

até hoje se encontram árvores plantadas no período, mas não sei ao certo se com a mesma intenção. Ademais, os naturalistas que ali trabalhavam, surdos às recomendações de Goethe na *Metamorfose das plantas* (1790), se atinham à forma-animal como modelo de toda organização natural. A árvore da liberdade frutificou, isto sim, junto aos filósofos. Talvez por uma questão de economia narrativa, Mancuso não mencione uma das mais célebres delas, plantada em Tübingen por três jovens que estuavam no seminário local: Hegel, Hölderlin e Schelling. Nenhum deles, a essa altura, portava o título de “filósofo” ou “poeta”, mas, já instruídos na filosofia de Kant, desconfiavam que a Revolução Francesa seria um daqueles eventos que marcam uma abertura, na história humana, para a instauração do reino dos fins na terra. “Enquanto não tornarmos as Ideias mitológicas, isto é, estéticas, elas não terão nenhum interesse para o povo”, escreveram eles (ou um deles), poucos anos depois, no *Mais antigo programa sistemático do Idealismo Alemão*, acrescentando: “Só então despertar-nos-á uma igual cultura de todas as forças, em cada um assim como em todos os indivíduos. Nenhuma força será mais reprimida” (cito o texto na tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho). Conta-se que esses jovens inebriados teriam dançado em torno da árvore da liberdade, celebrando nesse símbolo da igualdade republicana a equivalência das forças que por toda parte pulsam na Natureza. A instauração da liberdade política é indissociável do reconhecimento de que toda hierarquia é antinatural, e as diferenças aparentes entre os seres se resolvem, em última instância, num Todo que os perpassa e os define. O destino da Revolução nas páginas maduras desses poetas-filósofos é contraditório e paradoxal, até por incluir uma meditação sobre o avesso da promessa de liberdade: terror, ditadura, restauração. Quanto à ideia de Natureza, terá mais peso para alguns deles do que para

outros. Seja como for, as despretensiosas páginas de Mancuso terminam por nos reenviar ao *Sistema do idealismo transcendental*, à *Fenomenologia do espírito* e ao *Hiperion*. Convenhamos, um feito e tanto, essa vinculação entre a especulação filosófica do mais alto calibre e o sentimento de liberdade com tudo o que ele tem de promissor e destrutivo. (PPP)

Béatrice Longuenesse.
Kant e o poder de julgar.
 Luciano Codato, João
 Geraldo da Cunha, Mitiele da
 Silva e Eduardo von Saltiel
 (trad.). Campinas: Editora
 Unicamp, 2020.

Devemos celebrar a publicação no Brasil de uma obra já tratada como obrigatória pelos estudiosos: *Kant e o poder de julgar*, de Béatrice Longuenesse, professora emérita da NYU. A edição refere-se à versão original francesa, *Kant et le pouvoir de juger*, resultado de tese defendida pela autora na Sorbonne em 1992 e publicada no ano seguinte pela PUF. A tradução traz um preâmbulo escrito por Longuenesse especialmente para o público brasileiro, além de um capítulo que consta apenas na edição americana (cap. 7). A tese da autora redescobre e reavalia, com a clareza e a assertividade que caracterizam seu estilo, as contribuições de Kant para o campo da lógica, circunscrevendo como a “*Vermögen zu urteilen*”, a capacidade de julgar, orienta, por meio de suas formas lógicas (ou, herança de Port-Royal, “as regras universais do pensamento discursivo”), as categorias do entendimento, na produção de conceitos. Como o leitor logo percebe, a atenção dada às formas lógicas do juízo na confecção das categorias ilumina o aspecto reflexionante de um juízo que frequentemente é analisado

somente em sua função determinante, ressaltando, como destaca o subtítulo da edição em inglês, a nem sempre notada presença da “sensibilidade e da discursividade na Analítica Transcendental”.

O problema da síntese, ou o “ato de juntar diferentes representações umas com as outras e compreender sua diversidade num conhecimento” (p. 63), é o fio condutor de Longuenesse para apresentar, na primeira parte do livro, a definição lógica de juízo kantiana, justificando as razões pelas quais a primeira dedução transcendental, de fundo “empirista”, teve de ser refeita na versão de 1787. Dispostos tanto a forma discursiva do entendimento quanto seu vínculo a um termo “x” que articula as ligações de conceitos no juízo, a tese abre caminho para análise exaustiva dos parágrafos centrais da dedução nas duas partes seguintes. Como a autora destaca no capítulo 5, que, juntamente com o 6 e 7, formam o núcleo da segunda parte, dedicada à geração dos conceitos empíricos e às “formas impuras” de suas ligações, muito do receio em restabelecer as formas lógicas do juízo como fio condutor da dedução das categorias reside na conexão equivocada que se faz entre rótulos como psicologismo, empirismo, relativismo e as operações de “comparação, reflexão, e abstração”, que refletem o dado sensível sob conceitos gerais, como elemento constituinte do lógico: “Ora, esse termo comparação tem sido ignorado pelos comentadores de Kant quase sem exceção. É possível que se deva essa negligência ao fato de parecer muito banal (...) Mas cremos também que a surdez e a cegueira em relação a ele se devam a uma leitura de Kant que deliberadamente privilegia a determinação do empírico pelo *a priori* (...) em detrimento da inscrição reflexionante das formas intelectuais do sensível.”. (p. 180). A leitura dos capítulos mencionados esclarece que esse trabalho da “reflexão generalizante” em nada afeta a estrutura *a priori* do sujeito transcendental: o

entendimento, confundido aqui com a capacidade de julgar, ao reconhecer e comparar os objetos sob as suas formas lógico discursivas, produz, por comparação, os conceitos empíricos que se referem a esses objetos, originando, por meio dessa reflexão, as categorias. Por fim, a terceira parte, examinando a relação entre a *Estética transcendental* e a *Doutrina da imaginação transcendental*, encerra a análise do juízo voltando-se para seu movimento essencialmente determinante, no esquematismo dos conceitos puros do entendimento.

Longuenesse nota no preâmbulo que a segunda parte de sua tese instigou um debate com defensores do protagonismo das categorias de interesse para todos os que se interessam pela relação entre lógica e epistemologia em geral. Nesse sentido, as outras duas partes de seu trabalho devem ser tomadas como reações a seu público, pois exprimem novas interpretações sobre noções igualmente importantes como representação, fenômeno, síntese, as funções das faculdades, a unidade da apercepção e a própria determinação, além de analisar as semelhanças e diferenças em relação à reflexão da *Urteilskraft* da terceira *Crítica*. Kant e o poder de julgar, portanto, não diz respeito apenas a certa especificidade da filosofia transcendental, mas ao projeto crítico como um todo. Não é exagero afirmar que a principal lição de sua releitura da *Analítica* é reforçar o próprio sentido da revolução copernicana: se nós acessamos as coisas a partir de capacidades que compartilhamos universalmente, essas capacidades nos permitem ver que, dada a particularidade de um sujeito no tempo e, conseqüentemente, do exercício do juízo, uma relatividade necessariamente é produzida, pois o modo como nós acessamos as coisas não dependem de como as coisas realmente são, mas do ponto de vista pelo qual nos relacionamos com elas,

fundamento do significado que Kant dá à reflexão. A *Analítica* emerge, assim, cumprindo sua função original, como “um laboratório em que se reinventam, sob nossos olhos, os conceitos daquela que antes ostentava o nome orgulhoso de ontologia” (p. 554/B303). (LP)

Nicholas F. Stang.
Kant's Modal Metaphysics.
 Oxford: Oxford University
 Press, 2016.

“Este é um livro sobre nervais e unicórnios”. Assim Nicholas Stang, professor da Universidade de Toronto, apresenta o problema da modalidade em seu *Kant's Modal Metaphysics*, referindo-se a fósseis de nerval que, por séculos, inspiraram especulações sobre a existência de cavalos com chifres. Kant, que nunca acreditou em unicórnios, tem aqui, pela primeira vez na literatura anglófona, sua filosofia reinterpretada pelo viés de conceitos modais, principalmente os de possibilidade e necessidade, oferecendo um novo sentido para as condições transcendentais que passam a fundamentar a lógica após a virada crítica. A linguagem analítica do livro despertará o interesse de um público mais amplo que o dos estudiosos de Kant, pois reconstrói a filosofia kantiana como interlocutora da lógica e metafísica modal do século XX, num caminho de mão dupla que percorre tanto a reconstrução histórica dos argumentos quanto sua presença na atualidade.

Esse livro original e instigante, escrito ao longo de uma década a partir de uma tese de doutorado defendida na Universidade de Princeton e orientada por Béatrice Longuenesse e Desmond Hogan, divide-se em duas partes com cinco capítulos cada, dedicados, respectivamente, à obra pré-crítica, com destaque para “O único fundamento possível de uma demonstração

da existência de Deus” (*Beweisgrund*), texto de 1763 fundamental para a tese de Stang, e à fase crítica, com ênfase no problema da modalidade na composição da estrutura *a priori* da *Crítica da Razão Pura*. Na primeira parte são expostas, de maneira algo simplificada, mas mesmo assim precisa, as teses de Leibniz, Wolff e Baumgarten sobre o logicismo, doutrina que determina a possibilidade e a necessidade partindo do princípio lógico da não-contradição, além de sua consequência, a necessidade lógica da existência de Deus ou “ontoteísmo”. Referindo-se ao *Beweisgrund*, entre outros textos pré-críticos, os capítulos 2, 3 e 4 descrevem como Kant, mesmo que ainda ancorado na modalidade ontológica, critica a tese logicista ao considerar que predicados devem se fundamentar na realidade, apresentando, então, uma prova da realidade da existência de Deus, “*ground of all real possibility*” (noção que ganha a curiosa abreviação GARP). Após demonstrar que Kant já esboçava, ainda que de forma obscura, direcionar sua preocupação para as possibilidades *a priori* do conhecimento dos objetos no *Beweisgrund*, Stang manobra sua passagem para a parte dois do livro, que, em resumo, busca responder à seguinte pergunta: “a questão tangenciada, mas não explicitamente levantada, por *Beweisgrund* – como as possibilidades reais são dadas à mente? – torna-se a principal questão da filosofia transcendental: como é possível para nós representarmos objetos *a priori* realmente possíveis?” (p. 170), que sublinha a ideia de que as questões modais não são consideradas somente uma consequência da crítica (seja nas categorias ou nas antinomias), mas parte constituinte do ponto de vista *a priori* que fundamenta a relação entre lógica e objetos na *Crítica da Razão Pura*. A compreensão desse sistema é a chave para Stang resolver, de forma arrojada, questões como a distinção

implícita entre possibilidade formal (a divisão entre fenômeno e número) e causal (outro objeto) dos objetos empíricos (cap. 7) e a “necessidade numênica” das leis causais empíricas (cap. 8), para, enfim, apresentar a tese de uma unidade sistemática modal que une os textos críticos e pré-crítico do filósofo (cap. 9).

Questão belamente examinada sobre o cruzamento entre a razão teórica e prática, exposta no último capítulo, espécie de bônus para o leitor persistente, onde o autor nos apresenta, tomando os §76 e §77 da *Crítica da faculdade de julgar*, uma “antinomia da metafísica modal”. Kant, ao descrever nesses parágrafos a hipótese de um entendimento intuitivo que “vai do sinteticamente universal (da intuição de um todo enquanto tal) ao particular, isto é, do todo às partes” (CFJ, 2016, p. 304), apresenta-nos o intelecto de um ser que não reconhece propriedades modais em seus objetos, pois, por ter uma intuição sensível espontânea em vez de receptiva, conheceria de antemão todas as possibilidades na natureza. Se Kant, nas *Lições sobre a doutrina filosófica da religião* (Vozes, 2019), argumenta que o entendimento intuitivo é a estrutura da razão de Deus, Stang encontra, ao confrontar esse intelecto com as propriedades do númeno no âmbito da razão prática, uma antinomia originada num Deus que não reconhece modalidades e a autonomia da vontade da razão (p. 299), tensão que será identificada e posteriormente criticada no Idealismo Alemão. Stang encontra a solução junto à própria filosofia transcendental: as categorias modais “não-esquematisáveis” possuem “correlatos numerais”, e as possibilidades do númeno são os conteúdos de nossos pensamentos modais sobre eles, incluindo os poderes de um entendimento intuitivo, uma representação modal da relação entre Deus e suas capacidades.

Essa interpretação é um exemplo, entre tantos presentes no livro, de um exercício

filosófico de interpretação que não toma o debate como encerrado, mas, ao expor as próprias dificuldades e certas insuficiências das respostas, sugere possíveis novos caminhos investigativos, não somente para a pesquisa sobre a modalidade na razão especulativa, mas também na filosofia prática ou no juízo reflexionante. Trata-se, portanto, de um bom exemplo do espírito crítico kantiano, que ensaia um dos caminhos possíveis que conduziram a filosofia de Kant até a formulação do campo transcendental. (LP)

Fora da estante

Luiz Roberto Monzani.
Desejo e prazer na idade moderna.

Campinas: Editora da Unicamp, 1995 (2ª ed.
Curitiba: Editora PUC – PR/ Champagnat, 2011).

O livro de Monzani é daqueles cuja honestidade ímpar não deixa de cativar seus leitores. Trata-se de um trabalho, nos diz o autor, “fruto de uma suspeita e [que] resulta numa hesitação”. Essa pequena passagem de abertura, para além da captação de benevolência de seus leitores, é uma declaração acerca dos móveis e das inquietações presentes na construção do texto. Partindo de Sade, mas longe de se restringir ao campo de questões suscitados pelo autor de *Justine*, a proposta de estabelecer uma arqueologia em torno das construções conceituais sobre o desejo e o prazer na idade moderna nos coloca diante algo raro que se apresenta ao leitor como um livro que elenca seus autores e suas questões diante de um encadeamento que faz proliferar, também no leitor, suspeitas e hesitações; não em relação à trama exposta nos seus capítulos, mas diante dos pressupostos convencionais que acreditávamos estar em plena posse. A história das ideias qual proposta, aqui, por Luiz Roberto Monzani, parece avançar diante das brechas no construto inamovível da fortuna crítica e da história da filosofia moderna para indicar, partindo de autores do que se convencionou chamar de Racionalismo Clássico, toda uma gama de questões que não são das mais caras ao horizonte temático daqueles que buscam entender os lances conceituais dos séculos

XVII e XVIII. Vemos autores como Hobbes, La Rouchefoucauld, Malebranche, Locke e Condillac serem indagados em uma chave que não deixa de apresentar consequências conceituais que parecem se afastar dos modos convencionais de reconstituição histórica, embora o trabalho se mostre muito consequente também nessa área. Vemo-nos diante de uma rara perspicácia no escrutínio a que são submetidas passagens dos autores abordados, mas não se trata de apresentar um novo Hobbes, um novo Condillac ou outro autor dentre os abordados aqui, mas de encerrá-los em uma história inusual que, nas palavras do autor, busca “seguir um filão”, uma história parcial que faz ruir uma série de preconceitos instalados em nós por histórias da filosofia que se fizeram e se fazem por um característico arrolar de positivities. Sem chamar para si as escolas de leitura da história da filosofia que se consolidaram no século XX, o autor de *Desejo e prazer*, parece querer indicar os problemas e possibilidades ocultas dessas leituras através de objetos conceituais dos mais singulares. Os capítulos divididos em luxo, desejo, inquietude e prazer indicam um trajeto que insere tais temáticas em ambientes intelectuais dos mais usuais e extrai deles consequências das mais inesperadas e espantosas. Não se trata de uma revolução da abordagem histórica da filosofia pela alteração de seu aspecto canônico, mas uma revolução de viés em relação ao próprio cânone da filosofia. O subterrâneo de Monzani parece ter sido encontrado diante de lugares de grande circulação. Mesmo estando na presença de autores dos mais clássicos e temáticas que trazem consigo uma rica fortuna nos debates históricos, como, por exemplo, a célebre querela do luxo, Monzani parece querer indicar que as consequências de sua visada “de detetive que reconstrói uma história” apresenta novas possibilidades mesmo

diante de um espaço histórico estudado por parte da pesquisa filosófica mais usual. O livro nos coloca diante de questões que, num tratamento ordinário, poderiam nos parecer meramente subterrâneas, para mostrar a importância de certas tópicas consideradas secundárias. Diante da matriz histórica de um pensamento que se afasta de qualquer modo de petrificação e unidade forçada, o percurso do livro nos faz repensar dogmas de leitura acerca da modernidade e do próprio ofício do historiador da filosofia. O autor não se propõe uma reconstrução epistemológica de sistemas filosóficos da modernidade, mas sim apontar certos vestígios daquilo que não pode ser racionalmente encapsulado, submetido e dirigido nesses sistemas. Tais vestígios, ao ganharem o papel central, se fazem sentir no avanço de sua exposição histórica. Sua riqueza e até mesmo estranheza, abre vias inesperadas num caminho já percorrido por muitos: a filosofia moderna. A investigação se dá por nuances que buscam apresentar a partilha de certos eixos conceituais, raros, e suas consequências. A história da filosofia se apresenta, assim, viva e inesgotável. Diante da inquietação que o leitor percebe nas passagens cruciais, somos introduzidos em chaves de leitura muito particulares. A abordagem, aqui, vê a vida dos conceitos a contraluz. A construção histórica, ou ainda, suas linhas mestras, não se apresentam como um universo fechado e estabelecido. A história conceitual traçada aqui, sem se propor exaustiva diante dos eixos do desejo e do prazer, não escapa a grandes problemas da própria possibilidade de uma história da filosofia. O interesse despertado pelo modo de se pensar a filosofia historicamente, faz com que o livro transborde para além do interesse por suas temáticas. O livro parece, ainda que a contragosto, querer discutir o próprio estatuto da filosofia e de sua história. O arcabouço do livro se constrói sob o signo do seguinte alerta: “Pode ser interessante constatar fortes convergências nas teses de

dois autores mas isso apenas mostra que ambos trabalham sobre um estofo conceitual, um certo universo mental já constituído, do qual ambos se nutrem”. Esse alerta não se faz sob a forma de uma ameaça, mas de uma promessa, um convite, pois, diante de movimentos conceituais daquilo que o autor chamou de seu “filão”, a compreensão do estofo dessa leitura a partir de temas marginalizados pela pesquisa em filosofia indica a vasta gama de possibilidades ainda a serem descobertas, indicadas e até mesmo levantadas por uma história da filosofia que buscasse desafiar os caminhos já percorridos. Sem deixar de ser uma história conceitual, *Desejo e prazer na idade moderna* supera a em muito a mera reconstrução de conceitos e nos convida a repensar a modernidade e o próprio estatuto de uma história filosofante da filosofia. Entender o mundo moderno por suas caracterizações do desejo e do prazer é trazer à baila um lado por vezes oculto dessa história, isso nos faz refletir acerca da repetição constante de tópicos da usual história de conceitos e de seus objetos mais privilegiados, tornando irrecusável o convite para que lancemos nossos olhos por sobre suas brechas e rachaduras. Trata-se de um livro raro e cujas consequências se farão sentir ainda por muito tempo. (PFG)